



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input checked="" type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Ambiente construído e cidadania: estudo de caso nas praças públicas de Caraguatatuba-SP

Built environment and citizenship: case study in the public square of Caraguatatuba-SP

Ambiente construído y ciudadanía: un estudio de caso en las plazas públicas de Caraguatatuba –SP

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa (1);

LABAKI, Lucila Chebel (2)

(1) Mestre em Arquitetura e Urbanismo, PPG, FEC-Unicamp, Campinas, SP, Brasil; email: carlosniemeyer@hotmail.com

(2) Professora Doutora, PPG, FEC-Unicamp, Campinas, SP, Brasil; email: lucila@fec.unicamp.br



Ambiente Construído e Cidadania: estudo de caso nas Praças Públicas de Caraguatatuba-SP

Built environment and citizenship: case study in the public square of Caraguatatuba-SP

*Ambiente construído y ciudadanía: un estudio de caso en las plazas publicas de
Caraguatatuba –SP*

RESUMO

O artigo apresenta resultados de um levantamento físico-ambiental nas 101 praças públicas existentes na cidade de Caraguatatuba, litoral norte de São Paulo, no interesse de avaliar condições habitabilidade existentes nesses recintos de permanência. A pesquisa utiliza parâmetros qualitativos e quantitativos de análise pertinentes ao desenho paisagístico permitindo um olhar crítico sobre a qualidade dos espaços públicos em nossas cidades, enquanto realização sócio-política, buscando aproximar questões de conforto com urbanidade. Destaca a perda do sentido de “lugar” devido à baixa qualidade ambiental existente apontando para a urgente revalorização dos espaços de permanência na cidade brasileira. Insere questões urbanísticas ao apontar a distribuição qualitativamente irregular na cidade destes bens de consumo social o que pode configurar um quadro precário de urbanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço público, Ambiente construído, Conforto ambiental, Urbanidade

ABSTRACT

This Article is to present the results of a physical-environmental in 101 existing public squares in the city of Caraguatatuba, on the northern coast of the São Paulo state, in the interest of evaluating the conditions of habitability of these enclosures. The research uses both qualitative and quantitative parameters of analysis relevant to landscape drawing and have allowed a critical eye on the quality of open spaces in our cities, while socio-political realization, seeking to bring issues of comfort with urbanity. Highlights the loss of the sense of "place" due to the low environmental quality existing pointing to urgent revaluation of spaces of permanence in Brazilian city. Inserts urbanistic issues while pointing out the distribution qualitatively uneven in the city of these social consumer goods which can configure a pricing framework of urbanity.

KEY-WORDS: Public space, Built environment, Environmental comfort, Urbanity

RESUMEN

El artículo presenta los resultados de una encuesta físico-ambiental en las 101 plazas públicas existentes en la ciudad de Caraguatatuba, costa norte de São Paulo, en el interés de la evaluación de las condiciones de habitabilidad en estos recintos de permanencia. La investigación utiliza parámetros cualitativos y cuantitativos de análisis pertinentes para el diseño del paisajístico lo que permite una mirada crítica sobre la calidad de los espacios públicos en nuestras ciudades, mientras que la situación socio-política, tratando de lograr que las cuestiones de comodidad y urbanidad. Destaca la pérdida del sentido de "lugar" debido a la baja calidad ambiental actual apuntando a urgente revalorización de espacios de permanencia en la ciudad brasileña. Inserta las cuestiones urbanísticas mientras apunta a la distribución cualitativamente desigual en la ciudad de estos bienes de consumo social que puede configurar un marco precario de urbanidad.

PALABRAS-CLAVE: Espacio publico, Entorno construído, Comodidad ambiental, Urbanidad

1 INTRODUÇÃO

A crescente importância da consciência ambiental em que os cidadãos reivindicam melhores condições de vida urbana num ambiente harmonioso e ordenado vem iluminando questões projetuais afetas ao desempenho do ambiente construído dentro de uma perspectiva contemporânea de valorização da vivência pública.

O espaço urbano, lugar de inserção do homem e da coletividade humana no meio físico, se identifica também com a noção de habitat e pode ser qualificado por padrões ambientais, funcionais e estéticos implicando uma concepção operada a partir da leitura do espaço e de suas componentes, das possibilidades do suporte físico e das suas tendências de utilização (MACEDO, 1999). No entanto, verificamos que a realidade vivida na maioria das cidades brasileiras mostra-se distante de tal idealização devido a discricionariedade na condução das políticas públicas nem sempre sensíveis à qualidade do espaço comunal.

A história de um território reflete a história de seus processos culturais e técnicos e do desejo das instâncias de poder em manipular ideologicamente as representações da paisagem e a construção do espaço urbano (FAGGIN, 1998). Assim o ambiente urbano é uma construção sócio-política frequentemente tensionada pelo embate histórico na tentativa de mercantilização da cidade e de omissão da função social desta estabelecida no Estatuto da Cidade. Esse vaivém ideológico reflete os avanços e os recuos de uma cidadania inacabada no Brasil, onde as cidades são palco de processos especulativos e o espaço público relegado frente a novos cenários de sociabilidade com consequente encolhimento da vida pública.

Este texto é parte de um trabalho maior de investigação e tem aqui o objetivo de expor resultados de um levantamento físico-ambiental realizado em 101 praças públicas existentes na cidade de Caraguatatuba, litoral norte de São Paulo, buscando avaliar condições de habitabilidade em seu atendimento às demandas sociais. Nesta análise foram observados 10 (dez) atributos funcionais pertinentes ao desenho paisagístico que, na sua totalidade, agregam qualidade aos espaços públicos: *acessibilidade, iluminação, arborização, mobiliário, privacidade, jardins, funcionalidade, conservação, arte urbana e pavimentação*.

O argumento aqui colocado visa um olhar crítico sobre a qualidade de apropriação do espaço público recuperando o conceito experiencial de “lugar” dado por TUAN (1977), fruto de uma concepção afetiva em contraposição ao conceito frio e abstrato que fragiliza quando não extingue o sentido de pertencimento e atratividade próprios do lugar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O “espaço público” é um território de uso comum e de posse coletiva - em contraposição ao espaço privado e pessoal – onde ocorrem as relações interpessoais que compõe a complexa e heterogênea sociedade urbana. Nas últimas décadas o significado de espaço público ampliou-se num contexto multidisciplinar assimilando também uma conotação político-ideológica, se consolidando como um espaço democrático, de manifestação da esfera pública e realização da cidadania (ABRAHÃO, 2008).

Os espaços públicos abarcam uma ampla genealogia de tipos exemplificados nas ruas, largos, praças, jardins públicos e privados, nos parques urbanos, nas vilas, nos entornos edificadas em função das necessidades de organização do tecido urbano.

É quando recortamos a praça pública, expressão de uma intenção programática e uma vontade criadora, carregada de simbolismos, que se direciona como lugar de permanência e de fruição. Expressão de centralidade e lugar de manifestação da esfera pública, a praça ajuda a fixar a imagem da cidade permitindo construir uma identidade que contribui para criar vínculos emocionais do cidadão com o lugar (LYNCH, 1960).

A praça é um espaço ancestral e popular que acomodou marcos históricos da civilização humana. Acompanhou o surgimento da democracia nas cidades greco-romanas, a festa e os ritos populares nas cidades medievais, a solenidade ritualística na cidade renascentista, a convivência lúdica nas cidades coloniais oitocentistas até chegarmos aos agitados tempos modernos, cenário apropriado a uma sociabilidade urbana; lugar onde a sociedade burguesa e mais tarde a operária fará seu rito de passagem do culto doméstico ao culto público (SEGAWA, 1996).

Estabelecido historicamente nas cidades, o papel simbólico das praças será pela primeira vez abalado no final *oitocentos* no decorrer das transformações urbanas, econômicas e sociais geradas pelo industrialismo testemunhado em tempo real pelo urbanista austríaco Camillo SITTE (1992) em sua Viena finissecular. Sitte chamará de “agorafobia” o sentimento de perda de referência que se abate sobre o cidadão diante do desaparecimento das antigas conformações urbanas e suas representações simbólicas. A rejeição de Sitte se torna um prelúdio de inquietações que se condensarão na crítica ao planejamento hegemônico formulado na Carta de Atenas (1933) não favorecendo a diversidade das relações humanas (JACOBS, 2001; HARVEY, 2010). Crítica que se potencializa nos anos 1960 no *débâcle* do modernismo unificada em torno do resgate da memória, da contextualização, do retorno à natureza na cidade assumindo uma proposta de recriação ativa dos valores e signos urbanos com o resgate daquilo que denominamos de “lugar” e toda uma esfera de construção afetiva e de coesão social do espaço urbano.

A humanização das cidades vista em oposição a produção dura e indiferenciada do urbanismo moderno era uma bandeira defendida desde os anos 1950 nos CIAM’S¹ e de forma mais contundente nos anos 1960-70 por críticos como JACOBS, MUNFORD, LEFEBVRE, ROSSI, VENTURI e outros enfatizando a necessidade de recuperar a esfera pública até por uma questão de saúde mental.²

TUAN (1977; 1980) nos legará o sentimento de “topofilia” descrita como um elo afetivo entre a pessoa e o lugar, e seu contraponto, o “topocídio”, visto como a eliminação do sentido cultural desse lugar. No entendimento dessa dialética espaço-lugar, “espaço” é visto como arcabouço físico e “lugar” como um espaço apreendido e determinado, carregado de calor humano. Assim, o lugar é construído e elaborado a partir de um sentimento de valor que emprestamos por afinidade face a segurança do estar que ele nos oferece.

¹ “Em 1951, o CIAM VIII, realizado na Inglaterra, teve como tema *O coração da cidade: por uma vida mais humana da comunidade*. Em 1953, no CIAM IX, realizado na França, manifesta uma preocupação central com a questão da identidade dos espaços da cidade. A relação entre forma física e as necessidades de ordem social e psicológica tornou-se tema do CIAM X, último encontro dos CIAM, realizado em Dubrovnik, em 1955” (ORTEGOSA, 2009).

² Estatísticas de época relacionavam os bairros “renovados” aqui entendidos como abstraídos de calor humano com aumento dos “distúrbios mentais, ao alcoolismo e a delinquência (...) Se os bairros recentes respondem aos imperativos da higiene e da salubridade física, sua arquitetura e seu espaço desestruturado podem ser fonte de angústia, escondendo uma certa insalubridade psíquica” (HAROUËL, 1998).

Assim, a organização do espaço citadino é essencial para o enriquecimento social na medida em que concebemos uma troca de experiência perceptiva que permite formamos um senso de segurança ontológica que favorece a criação de vínculos com o lugar. Numa visão oposta a esta - o “não-lugar” - associa-se a efemeridade dos espaços de passagem que conduzem a uma sensação de insegurança, de *agorafobia*, de não pertencimento ao lugar.

Se a modernidade trouxe impessoalidade aos espaços livres, a pós-modernidade por outro lado tem seu lado obscuro ao trazer configurações e demarcações danosas pelo avanço indiscriminado do espaço privado sobre o público – *shoppings*, condomínios e centros privados de lazer – simulacros de um cenário urbano sincretizado como qualidade de vida. Para Raquel ROLNIK (1988) a segregação espacial ali resultante atua como produto e produtora do conflito social impondo-se no nível da configuração dos territórios e até da vida privada separando grupos sociais como resultado da privatização da vida burguesa.

SOLÀ-MORALES (2002, p:29) descreve criticamente o mundo contemporâneo como da instantaneidade e descartabilidade, multisensorial e hedonista, que favorece “uma cidade competitiva, agressiva, publicitária (...) fragmentada em mil pedaços” que coopera subliminarmente para uma hegemonia da privatização e da convivialidade restrita. Uma mentalidade de consumo massivo de signos onde “o espaço público e a atividade [pública inerente] são assumidas pelo edifício” que, segundo o autor, seduz com suas “arquiteturas brilhantes, sedutoras e atrativas”.

O protagonismo atual da vida semipública nesses templos de consumo nos remete ao inexorável fenômeno do “topocídio” descrito em TUAN (1980) ao eliminar o potencial protagonismo dos espaços públicos como espaço cultural carregado de valores sociais e identidades. O que nos faz indagar se tais sinais de esgarçamento dos espaços públicos não apontam para um cerceamento da cidadania?

CHAUÍ (2011) remete à noção de “sociedade democrática” onde a existência de “contradições materiais” ilumina a questão fundamental dos direitos (econômicos, sociais, políticos e culturais) do cidadão e o faz sentir-se incluído na cidade e na sociedade. A ausência desse reconhecimento de aspirações legítimas no campo dos direitos conduz inexoravelmente a uma esfera pública onde a cidadania encontra-se ausente afetando irremediavelmente a sociabilidade, a cultura e a identidade.

Na dimensão dada pela geografia cultural a dicotomia *espaço público x cidadania* carrega um forte componente ideológico relacionado com as práticas sociais e as representações simbólicas que estruturam o espaço e produzem uma organização social da paisagem. Assim, longe de ser obra do acaso a paisagem urbana é cheia de significação e intencionalidade guardando intrínseca correspondência entre ação e objeto produzido. Na escala do cidadão, escala esta onde as atividades humanas acontecem, as contradições são visíveis estabelecendo territórios privilegiados onde a paisagem arquitetônica bem cuidada e elaborada ganha excedentes de valor e distinção social contribuindo para ampliar desigualdades sócio-espaciais.

O sentido de pertencimento é inconsciente e constrói-se em torno de aspirações e sentimentos de identidade e atratividade permitindo o compartilhamento social. Isso explica, por exemplo, porque os lugares antigos, ao contrário dos novos, atraem o público mais velho em face de valores simbólicos ligados a memória coletiva (BOSI, 1994). A obsolescência de um lugar não se encontra necessariamente identificada com o fator tempo. Praças antigas podem permanecer com notável qualidade de apropriação ao contrário de muitos espaços da modernidade cuja obsolescência funcional reflete a negação da identificação com o lugar.

Sendo o espaço arquitetônico intermediador das relações humanas, sua concepção exige criteriosa investigação pautada pelo atendimento de demandas físicas e cognitivas que moldam nossa percepção e constroem vínculos afetivos com o lugar (ELALI & PINHEIRO, 2008; CAVALCANTE & MACIEL, 2008). Essa ordem conceitual implica uma revisão da práxis arquitetônica incorporando abordagens participativas que descentralizam decisões de projeto enfatizando um conceito integrador entre diferentes grupos de agentes envolvidos permitindo avaliações sensíveis do ambiente. Nesse contexto, processos metodológicos de condução pós-ocupacionais interagem com a psicologia ambiental ou ecológica, como o conceito relacional denominado *behaviour setting* (Barker, 1968)³ utilizando mapeamentos comportamentais aproximando cada vez mais o fazer arquitetônico do estado da arte (ELALI, 2009).

Dentro dessa experiência de interação social e pedagógica com efeitos positivos de longo prazo, citamos a metodologia de projeção criada por SOMMER (1983), denominada "Social Design", que amplia o sentido do fazer arquitetônico, onde o projetista assume o dever de "trabalhar com as pessoas ao invés de trabalhar para elas". Com alguma inspiração nos conceitos do "advocacy planning" e "community planning" expressões de um urbanismo participativo dos anos 1960-70 que tinha entre seus princípios a adoção de procedimentos de pesquisa social e antropológica para subsidiar decisões de projeto, o *design social* trabalha de forma participativa onde o arquiteto incorpora uma postura didática visando internalizar questões afetas a educação ambiental, afetividade e senso estético.

Entendemos que ações públicas que promovam consenso participativo no processo de tomada de decisões em intervenções urbanas são fundamentais por assumir uma bandeira ética e afirmativa levando em consideração a compreensão das condutas pessoais e coletivas daqueles que utilizam o espaço. Mais que uma atividade técnica, a produção de lugares e paisagens é um processo político, social e pedagógico que contribui para a conformação de um novo *ethos* de ocupação urbana ao promover o resgate da identidade do espaço público e da própria coletividade.

3 METODOLOGIA

A pesquisa teve início com levantamento fotográfico e análise ambiental das 101 (cento e uma) praças públicas catalogadas pelo Departamento de Urbanismo municipal. Na sequência de avaliação *in loco* dos recintos concebeu-se anotações em fichas constando 10 (dez) atributos paisagísticos (acessibilidade, iluminação, arborização, mobiliário, privacidade, jardins, funcionalidade, conservação, arte e pavimentação), além de área (ha), localização, distância do centro e imagem, com base em modelo de análise de percepção proposto em PRINZ (1980) que avalia os lugares como percepção *positiva e favorável* (+); *percepção neutra* (o); *percepção negativa e não favorável* (-):

³ BARKER, R.G. *Ecological Psychology: concepts and methods for studying the environment of human behavior*. Stanford: Stanford University Press, 1968.

Tabela 1: Trecho da planilha final constando as avaliações de campo.

Recinto	ATRIBUTOS											Distância centro	Quali	Tipo	
	ACE	ILU	ARB	MOB	PRI	JAR	FUN	CON	ART	PAV				60	P
	+	-	+	+	+	O	-	-	+	+	0 km				
	Nome		Caiçara					Área	0,66 (ha)	Bairro	Centro				
	ACE	ILU	ARB	MOB	PRI	JAR	FUN	CON	ART	PAV				0	P
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,2 km				
	Nome		Sinesio Ferreira					Área	0,9 (ha)	Bairro	Jardim Jaqueira				
	ACE	ILU	ARB	MOB	PRI	JAR	FUN	CON	ART	PAV				0	J
	-	-	-	O	O	-	-	-	-	-	0,8 km				
	Nome		Praça 17					Área	0,01 (ha)	Bairro	Sumaré				

A abordagem segue o método *walktrough* aplicado em avaliações pós-ocupacionais com base na análise de atributos qualificadores do padrão de habitabilidade dos recintos. A tabulação permitiu conhecer a diversidade de características formais, dimensionais e funcionais existentes e em cujo processo se distinguiu morfologias duvidosas como ilhas de tráfego, rótulas e diversos jardins considerados como espaços residuais e que não caracterizam conceitualmente lugares de encontro e sociabilidade. Assim foram considerados na análise a presença dos seguintes atributos físicos e cognitivos:

- *Acessibilidade* plena a todos os lugares do recinto sem ocorrência de desníveis.
- *Iluminação* em nível suficiente para uma ambiência noturna.
- *Arborização adequada* p/ permitir microclima agradável nas ambientações.
- *Mobiliário* adequado para humanização do espaço.
- *Privacidade* propiciada por configurações intimistas no desenho da praça.
- *Jardins* com diversidade estética e paisagística.
- *Funcionalidade* no agenciamento dos espaços e territorialidades.
- *Conservação* e manutenção do recinto como um todo.
- *Arte urbana* configurada na presença de chafarizes e elementos estéticos, etc.
- *Pavimentação* apropriada em todo o recinto.

A totalização permitir gerar um índice per capita de praças e uma planilha qualificando os atributos citados acima com base da totalização das impressões consideradas *positivas e favoráveis*, atribuindo notas variáveis de 0 a 10. Os resultados alcançados permitiram traçar um diagnóstico de habitabilidade e de percepção ambiental das praças definindo sua qualificação enquanto equipamento de consumo social.

4 RESULTADOS

A pesquisa revelou dentro da análise considerada uma percepção *negativa e não favorável* para 69% das praças existentes em Caraguatatuba (Fig 1a); 11% de avaliação considerada neutra contra 20% consideradas *positivas e favoráveis*. Do montante avaliado negativamente somente 3% se localizam no centro da cidade (Fig 1b) configurando um setor urbano privilegiado. Nesse grupo verificou-se significativa ocorrência de espaços que não permitem acomodar áreas de permanência como é o caso de rotatórias e “ilhas de tráfego”, cuja existência presta-se tão somente a ordenação dos fluxos de trânsito (vide Fig 2). É o caso das Praças Hildebrando dos Santos e Raul Pesci que configuram respectivamente rótulas e canteiros centrais de acesso aos bairros na entrada sul da cidade pela rodovia BR101, exemplo de espaços sem atributos funcionais que os distinguem como área de permanência a começar pelo difícil acesso e a ausência de um caráter social e multifuncional em seu programa. Em muitos casos, espaços exíguos, em geral sobras de parcelamento com topografia acidentada, geraram projetos superficiais sem nenhuma vinculação com suporte físico e as demandas sociais configurando exemplo de “não lugares”.

Espaços vazios representam significativa parcela dos recintos avaliados *negativamente*, estando estes em geral fora do centro da cidade. Desprovidos de quaisquer atributos funcionais (alguns a mais de uma década nesse estado), não atendem as necessidades sociais ainda que espaços generosos. Na distinção por tipologia verificamos que 40% são considerados espaços residuais (rótulas, jardins públicos e ilhas de tráfego) não configurando espaços de permanência. Assim sendo, somente 60% do universo pesquisado pode ser considerado praças, condição esta para o qual o recinto deve angariar uma intencionalidade programática que permita sua atratividade e apropriação social (LAMAS, 2004; MACEDO, 2011).

Figura 1. Tabulações qualitativas e quantitativas

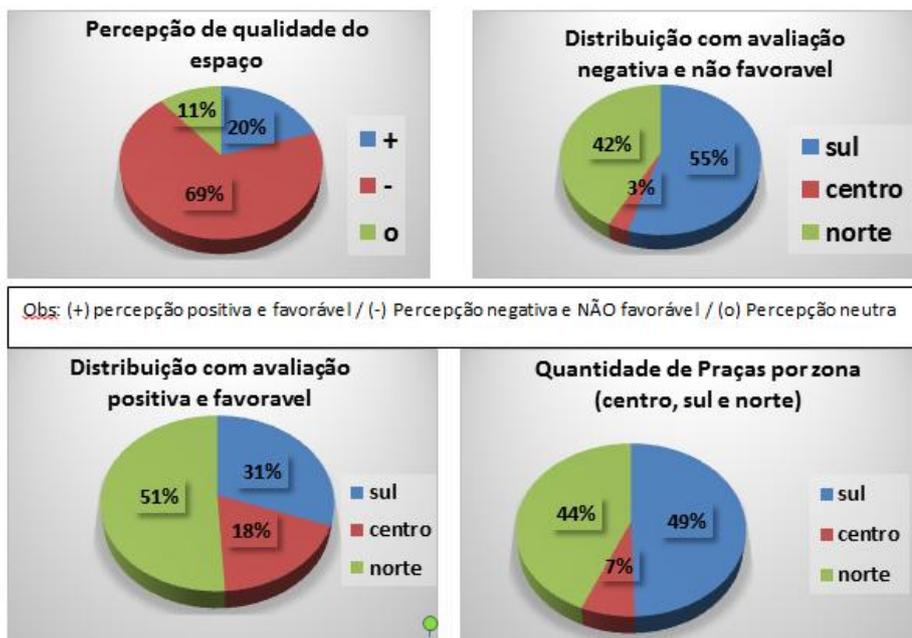


Figura 2. Percentuais por tipologia: somente 60% da amostragem podem ser consideradas praça pública

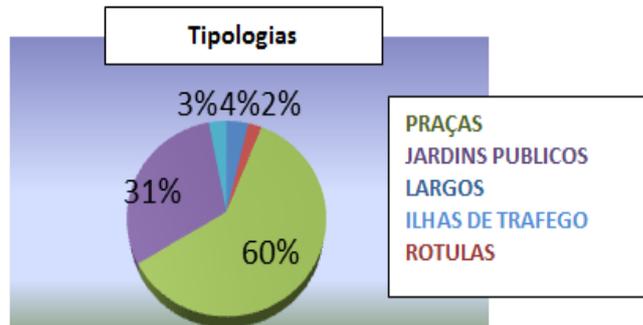


Figura 3. Praças *Hidebrando Leite* e *Raul Pesci*: rótula e canteiro central na chegada da BR 101 na altura do bairro cidade-jardim. Espaço inacessível e isento de intenção social configurando exemplo de “não-lugar”.



Fonte: foto do autor

Figura 4. Praças *São Paulo* e *Walter Gimenez Vieira*: espaços de dimensões generosas, contudo vazios urbanos desprovidos de atributos que os qualifiquem como equipamentos de consumo social.



Fonte: foto do autor

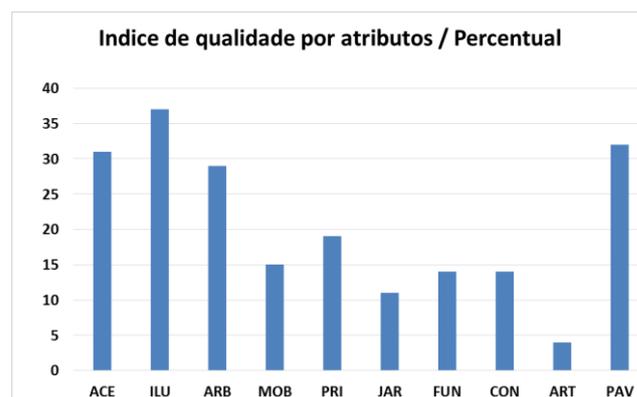
Figura 5. Praças do Caiçara e Cândido Mota: categoria restrita de espaços qualificados para uso com todos seus atributos bem avaliados.



Fonte: Foto do autor

Os dados totalizados apresentaram um índice percapta na ordem de 3,15 m² por habitante desconsiderando a orla natural (praias) e a urbanizada (cerca de 33.000 m² de calçadas), o horto municipal e o Parque natural da Mata Atlântica que ocupa imensa porção do território municipal em seu trecho local, o que poderia triplicar o índice de áreas abertas. Ressalta-se, porém, a relativização deste índice como parâmetro de avaliação no objetivo deste estudo. Destaca-se ainda os itens *acessibilidade*, *iluminação* e *pavimentação* como os de maior ocorrência no universo pesquisado (Fig 6), atributos que o poder público geralmente se propõe a investir e que isoladamente não contribuem de forma relevante na humanização do lugar como mostram as Figuras 3 e 4.

Figura 6. Os investimentos que mais comparecem no universo pesquisado são respectivamente *iluminação*, *pavimentação* e *acessibilidade*.





5 CONCLUSÕES

As cidades são percebidas pelos espaços públicos abertos que favorecem a criação de uma identidade urbana e estabelecem vínculos emocionais com os cidadãos. Quando imaginamos uma cidade são justamente os espaços abertos e não os edificadas que nos vem à memória, pois são aqueles onde a paisagem urbana se descortina e a vida pública acontece.

A recuperação de espaços coletivos dando-lhes melhores condições de desempenho reflete no desenvolvimento social e econômico de uma cidade na medida em que reforça valores culturais e de identidade ajudando a consolidar sua atratividade e consequente valorização urbana. Refletir sobre as representações de urbanidade num momento em que o espaço público vem sendo desvalorizado frente a novos territórios de sociabilidade exige repensarmos o tipo de cidade que desejamos viver, por extensão nosso próprio destino.

A precariedade paisagística verificada em três de cada quatro Praças públicas de Caraguatuba, cidade aqui vista como exemplo, revela subliminarmente uma lógica de produção sócio-política do espaço urbano responsável por gerar passivos ambientais que refletem diretamente na qualidade de apropriação do espaço público. Portanto, longe de revelar-se obsoleta nos tempos atuais, a praça pública tão somente ressent-se da desvalorização imposta aos espaços abertos frente a uma hegemonia mercantilista impondo novas configurações de sociabilidade e de convivialidade restrita que ocorre na cidade brasileira. Esvaziadas em suas funções e a mercê da insegurança, a praça pública é levada a um estado de obsolescência simbólica tornando o caminhar nesses lugares uma experiência fisiológica e cognitivamente negativa como a pesquisa mostrou.

A situação aqui descrita resulta de uma lógica conjuntural contemporânea marcada pela omissão à função social da cidade acentuando os domínios do privatismo e da esterilização da vida pública impondo uma desvitalização social e cultural dos lugares tradicionais da esfera pública. No contra fluxo dessa lógica mercantilista e neoliberal, a solução possível, pressupondo idênticas transformações nos padrões éticos de governança locais, dar-se-ia no reforço na valorização das identidades urbanas construindo referências e relações de afetividade pessoa-ambiente como parte de uma ação política social, participativa e afirmativa, de reabilitação cultural das cidades visando resgatar o direito a cidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sergio Luiz, *Espaço Público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume, 2008.
- BOADA DOMENECH, Luis, *O espaço recriado*. São Paulo: Nobel, 2001.
- BOSI, Eclea, *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.
- CAMPOS, Ana Cecilia A. et al. *Sistemas de espaços livres: conceitos, conflitos e paisagens*. São Paulo: FAU-USP, 2011.
- CAVALCANTE, Sylvia, MACIEL, Regina Heloisa. *Métodos de avaliação da percepção ambiental*. In: PINHEIRO, 2008, p: 149-180.
- CAVALHEIRO, Felisberto, NUCCI, J. C. *Espaços livres e qualidade de vida urbana*. Paisagem e Ambiente. São Paulo: FAU-USP, n.11, p.277. DEZ/98.
- CONSTRUCTION INDUSTRY COUNCIL. *Design Quality Indicator Online*. London: DQI. 2008 (disponível em: www.dqi.org.uk/DQI/Common/DQIOnline.pdf).
- CHAUÍ, Marilena. *Palestra proferida no Fórum Direitos e Cidadania (15/09/2011)*. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/>.



- DEL RIO, V, *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.
- _____, V, et al, *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: UFRJ-Proarq, 2005.
- ELALI, Gleice A, PINHEIRO, José Q, *Autobiografia ambiental: buscando afetos e cognições da experiência com ambientes*. In: PINHEIRO, 2008, p: 217-251.
- ELALI, Gleice A, *Consolidando interfaces: Contribuições da análise de behavior settings à ergonomia e a acessibilidade*. II Eneac, Recife: UFPB, 2009.
- FAGGIN, Maria A.P.L, *As tramas da segregação*. Tese de livre docência. São Paulo: FAU-USP, 1998.
- FORTUNA, Carlos, *Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico*, Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 63, 2002. URL : <http://rccs.revues.org/1272> ; DOI : 10.4000/rccs.1272
- GOMES, Maria Rosangela, *A Praça pública como indicador dos problemas sócio-ambientais na cidade de Natal (RN)*. Sociedade e Território, Natal, v. 24, nº 1, p. 134 - 145, jan./jun. 2012
- HAROUEL, Jean L, *Historia do Urbanismo*. Campinas: Papirus, 1998, 2ª Edição.
- HARVEY, David, *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2010, 20ª Edição.
- JACOBS, Jane, *Morte e Vida das grandes cidades*, São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- KADE, Gerhard, et al. *O Homem e seu ambiente*. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- KOWALTOWSKI, Doris, et al, (Organizadores). *O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
- LAMAS, José M, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- LAY, Maria CD; REIS Antônio T, *Análise quantitativa na área de estudos ambiente-comportamento*. Ambiente Construído, Porto Alegre, v.5, n.2, p. 21-36, abr/jun. 2005.
- LEE, Terence. *Psicologia e Meio Ambiente*. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MACEDO, Sílvio S et al, *Notas gerais sobre os sistemas de espaços livres da cidade brasileira*. In: CAMPOS (2008), p: 11-20.
- _____, Sílvio S, *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAU-USP/Fapesp, 1999.
- MAGALHAES, M.R, *A arquitetura paisagista: morfologia e complexidade*. Lisboa: Ed. Estampa, 2001.
- MENDONÇA, Eneida Maria Souza, *Apropriações do espaço público: alguns conceitos*. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, UERJ, Ano 7, no. 2, 2007.
- MONTEIRO, Lenine Bueno. *O Espaço Público no debate atual: uma crítica ao urbanismo pós-moderno*. Estudos, Goiânia, v. 35, n. 2, p. 291-310, mar./abr. 2008.
- OLIVEIRA, Lucimara Albiere de; MASCARÓ, Juan José, *Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer*. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 59-69, abr./jun. 2007
- ORTEGOSA, Sandra Mara, *Cidade e memória: do urbanismo "arrasa-quarteirão" à questão do lugar*. VITRUVIUS, Arqtextos. ano 10, set 2009.
- PINHEIRO, José de Queiroz & GUNTHER, Hartmut (org), *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- PRINZ, Dieter, *Urbanismo I*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- PRONSATO, Sylvia A.D. *Arquitetura e Paisagem: projeto participativo e criação coletiva*. São Paulo: Fupam, 2005.
- RHEINGANTZ, Paulo Afonso et al. *Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiróz, SANTOS JUNIOR, Lando Alves, *Desafios da questão urbana*. Le Monde Diplomatique Brasil, Paris (FRA), Abril, 2011.



- RIBEIRO, Maria L et ali, *O planejamento paisagístico como ação para qualificação do meio ambiente urbano*. Anais do IV ENEPEA, UFSC, Florianópolis, 2001.
- ROLNIK, Raquel, *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROSENDAHL, Zeny e CORREA, Roberto L, *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- SALDANHA, Nelson, *O Jardim e a Praça*. São Paulo: Edusp, 1993.
- SEGAWA, Hugo. *Ao Amor do Público: jardins do Brasil*. São Paulo: Nobel, 1996.
- SITTE, Camilo, *A construção de cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.
- SOAR FILHO, Ercy José, *Espaço, identidade e saúde mental na sociedade contemporânea*. Florianópolis, UFSC. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas. No. 26, AGO-2002.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi de, *Territórios*. Barcelona: Gili, 2002.
- SOMMER, R. Social design: *Creating buildings with people in mind*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, Inc, 1983.
- SILVA, Ana Amélia, *Reforma Urbana e o Direito a Cidade*. Pólis São Paulo, no. 1, 1991.
- TUAN, Yi-Fu. TUAN, Yi-Fu, *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1977.
- _____, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.